



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

IVA MARTA DA SILVA MELLO

2022

Trabalho de conclusão de curso como requisito obrigatório para
obtenha ao do grau de bacharel em Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

EVASÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE
COVID-19

IVA MARTA DA SILVA MELLO

Joana Garcia (orientadora)

2022

Agradecimentos

Se não fora o Senhor seria devorada viva.

À minha mãe Jorgete que me ensinou tudo e meu pai Áureo que me ensinou o restante.

Aos meus irmãos Marcelo, um príncipe negro lindo, meu querido e saudoso Áurinho amor de toda a vida e ao João Carlos que sempre me surpreende com sua força e bom humor com que atravessa pela vida.

Minhas irmãs Ciléia uma menina linda e a Simone e meu cunhado Marcelo Almeida, Deus sabe.

Meu filho Lucas que mudou a minha história, me incentivou e me desafiou a chegar ao topo da montanha.

Minha mais que irmã, que puxa a minha orelha, me defende, me atura e me vê como sou, Cileide, que ri e chora comigo e acredita nas minhas loucuras.

À amiga que a UFRJ me deu Lucyene, sempre a pronta para me ajudar.

Minhas orientadoras de campo e assistentes sociais queridas e amigas Verônica Lima, Márcia Carvalho e Denise Góes.

À todos os docentes da Escola de Serviço Social da UFRJ, pelos ensinamentos, vivências e orientações, disponibilidade e amor pela profissão.

À Associação Jesus de Nazaré e toda a sua equipe, principalmente Maria Elizabeth Salles de Simone e Giacomo de Simone, exemplos de trabalho profissional, acolhimento, amor e dedicação para que crianças e adolescentes tenham acesso a cultura e a educação.

À orientadora Joana Garcia que pretendo carregar para a vida, me ensinou, me desafiou, me incentivou e me fez andar em caminhos que eu mesma pensei que não conseguiria.



Dedico esse trabalho a Jorgete, minha mãe.

Para ser grande, sê inteiro: Nada Teu exagera ou exclui.
Sê todo em cada coisa.
Põe quanto és
No mínimo que fazes.
Assim em cada lago a lua toda Brilha, porque alta vive.

Ricardo Reis, 14-2-1933
(Heterônimo de Fernando Pessoa)

Nunca desista, se cair, levanta e continua
(Iva Mello)

RESUMO

O objetivo desse trabalho de conclusão de curso (TCC) é discutir questões relativas à evasão escolar em tempos de pandemia de COVID-19 e o papel do tripé família – Estado – escola, três instituições que tem seus deveres e direitos definidos e/ou destituídos neste contexto. No Brasil, a pandemia evidenciou e agravou diversos problemas, principalmente de ordem econômica e social. Este TCC destaca a educação e chama atenção para um já conhecido e grave problema: a evasão escolar. Vários são os fatores apontados como causadores deste processo e todos direta ou indiretamente envolvem a família, o Estado e a escola. O estudo em questão inclui 57 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de escolas públicas e privadas do bairro de Ramos do município do Rio de Janeiro que frequentam aulas de reforço escolar da Organização Não Governamental (ONG) Associação Jesus de Nazaré (AJN). As questões norteadoras desta abordagem foram: perfil sócio familiar dos usuários e familiares dos matriculados na instituição para reforço escolar e curso de informática; adaptação do ensino remoto na pandemia de COVID-19; desafios para a intervenção profissional Assistente Social; articulações entre territórios: distância e violência; contribuições do reforço escolar. Espera-se que os dados do presente estudo contribuam como subsídio para ações voltadas ao enfrentamento da evasão escolar, buscando trazer mais pontuações sobre a realidade das escolas na cidade do Rio de Janeiro em um período atípico e desafiador, evidenciando assim a importância de um trabalho capaz de atrair as políticas públicas.

Palavras chave: educação, evasão escolar, pandemia, COVID-19.

Siglário

ABE	Associação Brasileira de Educação
AJN	Associação Jesus de Nazaré
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
COVID	Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus)
CsF	Ciência sem Fronteira
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ESS	Escola de Serviço Social
FAE	Fundo de Apoio Educacional
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Educação Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IsF	Idiomas sem Fronteira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério de Educação e Cultura

MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAB	Programa Auxílio Brasil
PBF	Programa Bolsa Família
PMALFA	Programa Mais Alfabetização
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAC	Serviço Social do Comércio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

Índice

Introdução - caracterização do tema	10
As proximidades do objeto com o Serviço Social	12
1.A educação como agenda pública	18
1.1- Era assim no Brasil pré republicano	18
1.2- A república da ordem e do progresso	19
1.3- Da transição democrática ao governo que a ameaçou	21
1.4- A quem compete educar?	27
2- Famílias e o direito à educação	30
2.1- Quem pariu Mateus que o escolarize?	33
3.Aproximações com a evasão escolar	37
3.1- O campo de estágio como campo de pesquisa	37
3.2- O reforço escolar como enfrentamento à evasão	39
Considerações Finais	46
Referências Bibliográficas	50

Introdução - caracterização do tema

Este Trabalho de Conclusão de Curso pretende discutir questões relativas à evasão escolar em tempos de pandemia de COVID-19, considerando os índices que mais apontaram para a evasão escolar nesse período e o papel do tripé família-Estado-escola, três instituições com atribuições distintas em relação ao acesso, suporte e permanência da criança em instituições de ensino.

A descontinuidade no aprendizado por desistência é uma questão grave no sistema escolar brasileiro. São vários os fatores apresentados como causadores desse processo e todos ou envolvem a família, o Estado, a escola, de forma particular ou combinada.

A educação é um direito de todos, embora não seja acessada por todos. O reconhecimento e a efetivação dos direitos da população implica não apenas facultar o acesso mas também reconhecer as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Neste sentido, equidade é entendida como possibilidade de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito.

A participação da sociedade civil através de fiscalização da gestão dos recursos e da execução das políticas públicas em vários de seus segmentos é fundamental para que esse direito seja garantido, acionando por exemplo o Ministério Público ou através de debates e fóruns.

Os índices expõem a atual situação do Brasil na 9ª posição no ranking de desigualdade no mundo, de acordo com o Banco Mundial. Em 2020, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou que a taxa de analfabetismo no Brasil é de 6,8%, o que equivale a aproximadamente 11 milhões de pessoas. A mesma pesquisa mostra que 1 em cada 4 brasileiros não têm acesso à internet, o que representa cerca de 46 milhões de pessoas.

É através do Ministério da Educação (MEC) acoplado a união, os estados e os municípios que desde 1996 com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBE) que são regidas ações para que ocorra um ensino público e mais igualitário. Com isso temos vários projetos e leis vigentes no país:

Plano Nacional de Educação (PNE), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Programa Universidade para Todos (PROUNI), destacando Programa Bolsa Família (PBF) atual Programa Auxílio-Brasil (PAB) – programa de transferência de renda que associado a educação pois tem em uma das suas condicionalidades a frequência e permanência escolar.

A pandemia de COVID-19 nos trouxe um outro fator de observação dentro das desigualdades já existentes no sistema educacional brasileiro, que é a falta de infraestrutura tecnológica. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base em dados do Censo Escolar de 2020 sobre escolas federais, estaduais, municipais e particulares nos traz dados onde destaca-se que de acordo com a pesquisa do Inep/Censo Escolar 2020 num total de 78.046 escolas municipais de ensino fundamental segundo a dependência administrativa, 76,2% não disponibilizou internet para os alunos e a mesma pesquisa referente ao ensino médio na rede estadual indica que das 19.718, 35,4% não teve a internet disponibilizada para os alunos, o que corresponde a cerca de 66.452 num total de 97.764 escolas no Brasil.

Em maio de 2020 o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), criado em 2005 pela Lei 11.229. Com o objetivo de fomentar informações sobre a juventude brasileira, traz dados sobre a evasão escolar entre os jovens. Esta primeira etapa da pesquisa feita através de questionário com 33.688 jovens de 15 a 29 anos de todas as regiões do Brasil, sendo os objetivos, trazer informações sobre alguns aspectos dos impactos da pandemia sobre esse público específico, em relação à educação, condições de vida, hábitos de saúde e perspectivas para o futuro. Entre os indicativos com relação a interrupção nos estudos destaca-se os motivos financeiro e dificuldade de se organizar com o ensino remoto. Cerca de 30% dos jovens pensam em deixar a escola e, entre os que planejam fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), 49% já pensaram em desistir.

A interrupção dos estudos, a adequação para os estudantes da forma remota e o isolamento como forma de contenção da doença, a preocupação com a sobrevivência e a perda da própria vida e de familiares afetaram vários aspectos da vida econômica, social e também a escolar. Observa-se que as crianças, adolescentes e jovens em vulnerabilidade social são as que tem o maior número de faltas, ou seja, têm uma baixa frequência escolar, estão no quadro de repetência

reiterada, têm maior distorção idade-série e defasagem ensino-aprendizagem e estão dentro do que se denomina evasão escolar.

A evasão escolar é uma das expressões da questão social, e baseada na definição de Yamamoto pode ser “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura (monopolista) que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade”. E que expressões seriam essas? Aquelas tantas ligadas às “desproteções” das famílias: Desemprego, fome, insegurança alimentar, uso de drogas lícitas e ilícitas, violência doméstica, seriam algumas delas. No espaço público, violência entre alunos, convivência de grupos rivais dentro do mesmo ambiente escolar, racismo, bullying, cyberbullying, violência territorial, falta de professores, péssima infraestrutura dos prédios escolares, políticas raciais diferenciadas, ausência ou deficiência de aplicação das políticas públicas.

Entender a evasão escolar é pontuar, reconhecer e mapear territorialmente essas expressões tendo uma relevância dentro do contexto escolar para a implementação de Políticas Públicas e Políticas Sociais que cumpram um dos seus objetivos que é de suprir de forma mais ampla possível as necessidades coletivas e trabalhar de acordo com os interesses da sociedade se antecipando ou amenizando essas expressões. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preveem o acesso, a garantia e a permanência da criança e/ou adolescente durante toda a vida escolar.

A garantia desses direitos, o acesso a esse direito, quais são as problemáticas envolvidas na execução dos direitos são algumas das questões levantadas na prática que envolve o tripé estado-família- escola.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho

As proximidades do objeto com o Serviço Social

O tema de estudo proposto guarda íntima relação com o Projeto Político Pedagógico do Serviço Social fundamentados na teoria social marxista. Citando

CARDOSO (2016, P. 116) quero reafirmar a atualidade dos fundamentos teórico-metodológicos marxistas os e da tradição marxista para pensar o Serviço Social como totalidade histórica, para a análise rigorosa e crítica das determinações constitutivas da sociedade capitalista, na perspectiva de desvendar as suas contradições e instrumentar as classes na construção de processos emancipatórios, bem como instrumentar os assistentes sociais, seja desenvolvendo o trabalho acadêmico na formação profissional'

E destacando dois importantes autores do Serviço Social, José Paulo Netto e Marilda lamamoto, que informam ser o Serviço Social uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, cuja emergência se deu num determinado momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista.

A lógica deste sistema está pautada no processo de acumulação capitalista, cuja imanência está a produção ampliada de desigualdades sociais.

[...] não é puro resultado da vontade subjetiva dos seus protagonistas: ela expressa, no processo de laicização e diferenciação da profissão, tendência e forças que percorrem a estrutura da sociedade brasileira[...] [e eu acrescentaria. latino-americana e mundial].NETTO, 1991 p. 255-56 (GUERRA, 2016, p.289).

Da relação entre o capital e o trabalho verifica-se intensos processos de pauperização e lutas de classes, com a ascensão do protagonismo da classe trabalhadora no cenário político, cujas reivindicações colocam-se no âmbito de melhores condições de vida e trabalho.

É com o reconhecimento, tanto pela burguesia quanto pelo Estado, das expressões dessa relação antagônica entre as classes fundamentais, que estes passam a dar respostas a elas via políticas sociais, cujo objetivo último é impetrar a legitimação do sistema vigente e controlar a classe trabalhadora.

A realidade dos Assistentes Sociais, é que são requisitados por diferentes instituições, públicas e privadas, para operar essas políticas, a partir de três competências: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético política. O currículo Pleno do Curso de Graduação em Serviço Social (CPSS) traduz essas competências, respectivamente, enquanto conhecimento e domínio das “matrizes do pensamento das ciências sociais e humanas”, assim como da “produção registrada do Serviço Social”; na habilidade de operacionalização das “técnicas de pesquisa e

intervenção”; e, capacidade para “analisar conjunturas, instituições, relações de forças e possibilidades de implementação de projetos de intervenção”.

Tais competências fazem parte do conjunto de características necessárias a um determinado perfil de profissional que a Escola de Serviço Social pretende formar, cujo vínculo e orientação estão estruturados nos importantes documentos da categoria profissional.

Estes localizam as bases teórico-metodológica, a intervenção técnico operativa e a posição ético-política desse profissional e revelam que, a realidade social brasileira demanda: capacidades e habilidades profissional como sólidos conhecimentos teóricos, que possibilite analisar e fundamentar intervenções eficientes no enfrentamento das expressões da questão social; e, aptidão para responderem e anteciparem respostas às demandas colocadas sócio institucionalmente.

A formação acadêmica objetiva contribuir para um profissional crítico, competente e propositivo. O caráter crítico diz respeito ao posicionamento do profissional frente a realidade social, em especial a brasileira, e aos desafios da profissão.

Trata-se de uma posição consciente da necessidade de superação das formas alienantes da vida de uma classe social determinada. Em síntese, a criticidade presente no profissional consiste no seu posicionamento consciente em face de contribuir para a superação das formas aviltantes de vida da classe trabalhadora em razão das relações sociais de exploração e expropriação das riquezas socialmente, por esta classe, construídas.

Já a competência consiste no domínio teórico, técnico e político e o compromisso sociocêntrico figura a sobreposição das “possibilidades da genericidade humana” aos particularismos da sociedade burguesa. Isso remete a uma visão social de mundo pautada pelo humanismo, racionalismo e universalismo.

Por fim, para o projeto político-pedagógico esses traços devem se expressar por meio de “inquietações, sensibilidade e abertura para com a problemática social do Brasil”, tanto imediatamente no cotidiano profissional quanto mediadamente, via participação nas organizações sociais e nas entidades representativas da categoria. Em síntese o Serviço Social é considerado como uma especialização do trabalho e a atuação do Assistente Social uma manifestação de seu trabalho, inscrito no âmbito

da produção e reprodução da vida social. Este rumo de análise recusa visões unilaterais, que apreendem dimensões isoladas da realidade, sejam elas de cunho economicista, policista e/ou culturalista. A preocupação é afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social, identificando como o Serviço Social se relaciona com as várias dimensões da vida social. (Iamamoto, 2000. P.27).

Nesta medida, buscamos analisar a evasão escolar como uma expressão da questão social que se apresenta para o Serviço Social na forma de demanda direta ou indireta, na medida que afeta a cidadania de crianças e adolescentes e suas famílias.

Através da evasão escolar, percebe-se que são identificados diversos outros direitos violados não só das crianças e adolescentes, mas também de suas famílias, que em uma grande parcela dos casos atendidos, desconhecem seus direitos sociais, encontrando-se muitas vezes em situação de vulnerabilidade.

O Assistente Social, por conhecer o perfil dos usuários e as questões que afetam o território, pode contribuir para a permanência do aluno na escola, através de participação em elaboração de projetos pedagógicos, assessoria à gestão, informações sobre benefícios e serviços sociais às famílias e alunos. Como parte de algumas de suas atribuições, compartilha informações sobre direitos e orienta sobre o acesso aos equipamentos como CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, unidades de saúde, Ministério Público, entre outros para acessarem programas e serviços,

Iamamoto (1998) nos elucida que

”Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho, criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser o profissional propósito e não só executivo”.

A primeira experiência no campo de estágio se deu na Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FO/UFRJ). Nesta instituição, o público alvo é bem diversificado, composto por: docentes, discentes, funcionários, moradores dos bairros adjacentes e municípios periféricos e pacientes do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Sendo o maior percentual são da procura mais recorrente de usuários oriundos das comunidades dos bairros próximos com o Complexo da Maré e Ilha do Governador e municípios

periféricos do Rio de Janeiro como Belford Roxo e Nova Iguaçu. Tal experiência ajudou-me a associar o perfil de usuários e as demandas acolhidas no Serviço Social a um quadro maior de desproteção e compreender os diversos atravessamentos na vida destes usuários que transcendiam as demandas pelo atendimento odontológico. A saúde bucal pode ser indicativa de um quadro de desproteção mais amplo, em que outras demandas por serviços se colocam de modo mais urgente e necessário.

A continuidade do estágio se deu em uma ONG que oferece, de forma gratuita, aulas de reforço escolar no bairro de Ramos, município do Rio de Janeiro.

Cumprindo o período de estágio em plena pandemia de COVID-19, com todos os protocolos de segurança, uma das demandas centrais que chegaram à instituição foi considerar as estratégias para manter os alunos interessados na permanência na escola sendo a instituição apoio para a ausência das aulas e os fatores internos e externos que influenciavam o processo de conclusão das etapas de ensino fundamental e médio. Com o isolamento adotado como medida de proteção à COVID-19, os fatores que já influenciavam a não permanência na escola se agravaram e a decisão pelo retorno para conseguir fechar o ciclo da educação básica se mostrou bastante desafiador.

Entre as demandas dos/as usuários/as ao Serviço Social, foi possível reconhecer a intensa carga de trabalho e cuidado das famílias neste período pandêmico, com responsabilização pelos resultados dos alunos. Neste contexto foi possível avaliar que o Estado é pouco efetivo em relação a permanência escolar em diversos territórios.

Deste modo, o objetivo da pesquisa que foi motivada pela experiência de estágio e resultou neste TCC está em identificar as demandas que levam as famílias a buscar o reforço escolar como uma das alternativas para garantir a permanência e conclusão do aluno no ensino fundamental e médio, agravadas mais ainda pela situação socioeconômica nos tempos de pandemia de COVID-19. Interessa-nos problematizar a atuação que o Assistente Social inserido nesta instituição, indicando seus limites e possibilidades no enfrentamento da evasão escolar.

A forma de aproximação empírica com o tema da evasão escolar foi feita a partir da inserção em campo de estágio na Organização Não Governamental

Associação Jesus de Nazaré no bairro de Ramos no município do Rio de Janeiro¹. Com a finalidade de conhecer o perfil sócio familiar das crianças e adolescentes e seus familiares que estão matriculados na instituição para reforço escolar e curso de informática e atividades complementares, buscamos explorar questões como: adaptação do ensino remoto na pandemia de COVID-19, os desafios para uma intervenção profissional dos Assistentes Sociais da instituição; como ocorre a articulação entre territórios, a distância entre residência e escola e violência e as contribuições do reforço escolar, com isso contribuir para um entendimento sobre o tripé Estado-família-escola com relação à evasão escolar em tempos de pandemia.

O Trabalho foi realizado através de produção de dados obtidos por meio de questionário (CARVALHO, BERALDO, PEDROSA, COELHO, 2004, p. 294) respondido pelos alunos do reforço escolar da Associação Jesus de Nazaré, localizado no Bairro de Ramos, município de Rio de Janeiro/RJ, durante a pandemia de COVID-19, no ano de 2022, quando no retorno das aulas remotas e a suspensão das aulas presenciais de abril de 2020 a outubro de 2021.

O TCC está estruturado em quatro capítulos, sendo um deles esta introdução contendo a caracterização do objeto e sua relação com o Serviço Social. No capítulo 1 apresento alguns marcos históricos indicativos da educação como pauta da agenda pública procurando problematizar a função do estado na provisão do que atualmente definimos como direito. O capítulo 2 traz uma reflexão sobre os limites da permanência nas escolas e os desafios encontrados pelas famílias para assegurar o direito à escolarização. No capítulo 3 trago algumas reflexões com base em uma aproximação empírica com o tema.

Este trabalho foi realizado no contexto da pandemia ao mesmo tempo que reflete sobre ela. Não se preme ser um trabalho definitivo, mas uma contribuição ao debate sobre um dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes na contemporaneidade.

¹ O território representa muito mais do que o espaço geográfico. Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intra urbanos que expressam diferentes arranjos e configurações sócio territoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos (BRASIL, 2008, p.54)

1. A educação como agenda pública

A formação social brasileira se deu através de um violento processo de colonização de povos indígenas e negros traficados, submetidos a um projeto de exploração econômica, expansão territorial e dominação cultural que teve na educação um lugar de reprodução, mas também de resistência crítica.

“[...] A luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.” (LEI N° 11.645, BRASIL, 2008).

1.1- Era assim no Brasil pré republicano

A chegada da Companhia de Jesus em 1549 se deu com o objetivo de “educar”, catequizar e preparar os índios como mão de obra colonizada. Ao longo de dois séculos se constituiu em instrumento de dominação intelectual da elite colonial (SOUZA, 1984 p. 1). A criação das escolas jesuítas se deu nos anos de 1556, 1567 e 1576 respectivamente na Bahia, Rio de Janeiro e Olinda, fazendo parte de um sistema de ensino organizado, com formação pedagógica, regulamentada e documentada por Ignácio de Loiola. Tal documento chamado chamado Ratio atque instituto Studiorum e abreviado como Ratio Studiorum continha, além da alfabetização, os cursos secundários e superior para a formação dos sacerdotes. Para aqueles que pretendiam estudar Medicina ou Direito iam para a Europa.

Em 1759 O Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal entra em conflito com os Jesuítas expulsando-os de todas as colônias portuguesas. Nesta medida, há uma descontinuidade na educação brasileira e o Estado pela primeira vez assume a responsabilidade de educar (SOUZA, 1993 p.2). Não se trata de uma ruptura pois o modelo adotado não representou uma forma diferente de ensinar estabelecida pelo Marques de Pombal pois os que assumiram o ensino foram anteriormente preparados pelos jesuítas - o ensino privilegiou ainda mais a classe dominante. A chegada da família real em 1808 a manteve a educação no mesmo patamar.

O projeto educacional no Brasil tem início com uma lei datada de 15 de outubro de 1827 denominada de LEI GERAL. Trata-se da primeira lei educacional no

período do Império que resumidamente englobava o conteúdo programático, a forma de ensino, meios de castigo e o ingresso ao magistério. No mesmo ano registra-se a criação de duas faculdades nas cidades de São Paulo e Olinda do curso de Direito.

Durante o período da Regência, caberia aos professores reproduzir os princípios civilizatórios dos conservadores (RIBEIRO, 1993 p. 2). Tratava-se de uma educação voltada para a elite, com conteúdo racista na medida que excluía a população negra. A economia colonial brasileira foi integrada ao processo de expansão do capitalismo mercantil, baseada no monopólio, no qual Portugal detinha o domínio, visando o mercado externo. Nesse modelo econômico, a produção esteve centrada na grande propriedade de base escravocrata, característica que possibilitou a formação de uma elite agrária.

1.2- A república da ordem e do progresso

No primeiro período do Brasil Republicano temos um país rural, e escravagista e predominantemente analfabeto. Observa-se dois problemas cruciais para a gestão pública: educação e saúde. Neste período destaca-se em 1890 a Reforma Benjamin Constant que deu um caráter formativo ao ensino secundário, defendendo o ensino primário gratuito (RIBEIRO, 1993 p.42)

Nas décadas de 1910 e 1920 temos a disputa entre o ideário europeu e a implementação de uma política educacional que realmente tivesse uma representatividade nacional. Em 1901 o código Epiácio Pessoa modifica o currículo inserindo e retirando disciplinas. Em 1911 a Reforma Rivadavia Correia foi aprovada pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, revogando a reforma anterior, de Epiácio Pessoa. A nova lei eliminou o exame de madureza e a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário ao Colégio Pedro II. Por ela, o Estado retirou toda e qualquer interferência no setor educacional. Ficou estabelecido um ensino supostamente livre e foi abolido o reconhecimento oficial de certificados dos cursos secundários das escolas equiparadas.

Em 1915 a Reforma Carlos Maximiliano estabelece a obrigatoriedade da conclusão e apresentação do diploma do secundário para o ingresso na faculdade após a participação do aluno nos exames de vestibular.

Em 1922, o educador paulista Lourenço Filho chegou ao Ceará em 1922 para assumir o cargo não comissionado de diretor de Instrução Pública. Sua missão era

reformular o ensino estadual, que então se encontrava em situação de extrema precariedade, com professores semianalfabetos, falta de escolas e uma taxa de analfabetismo na casa dos 80%. Seu primeiro esforço foi levar a educação ao meio rural. Selecionou cem escolas e aplicou nelas o método das escolas das cidades. Promoveu a reforma do curso normal com vistas à formação de professores e adotou procedimentos como a inspeção escolar, o recenseamento escolar e a aplicação de métodos de avaliação com testes de inteligência. Uma de suas maiores preocupações era que os alunos tivessem oportunidades iguais em todos os pontos do país.

Como fruto dessas ideias temos a criação em 1924 da Associação Brasileira de Educação (ABE) e o Movimento da Escola Nova que defende o ensino leigo, universal, gratuito e obrigatório (RIBEIRO, 1993) abordando o analfabetismo e defendendo ideais iluministas como a desmistificação das lendas, crenças e medos que limitavam o processo de transformação do homem, incentivando assim o progresso da ciência, tecnologia e um programa de educação integral. A reforma Rocha Vaz em 1925 foi levada a efeito na gestão de João Luís Alves no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no governo Artur Bernardes. Esta foi a última reforma a afetar o ensino secundário na Primeira República.

Nomes de peso na educação como Anísio Teixeira e Monteiro Lobato e também a gestão de Fernando de Azevedo em 1926 pregaram uma educação única, gratuita e obrigatória para todos. Os anos de 1930, 1931 e 1932 foram marcados por ideias advindas dos representantes da Escola Nova para reformulação do ensino com um enfrentamento do ensino católico.

O ministério da Educação e Saúde criado em 11 de abril de 1931 pelo Decreto nº 19.850 organiza o sistema universitário e promove a reforma do ensino secundário, estabelecendo os ciclos fundamental e complementar, a frequência obrigatória e a necessidade do seu comprimento para o acesso ao ensino superior.

No sistema universitário houve mudanças no setor administrativo com a criação dos órgãos da reitoria, conselhos, assembleias e direção universitária (RIBEIRO, 1993 p. 7)

Na década de 1940 destacamos o sistema S, formado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio

(SESC) com proposta de formação técnica para inserção de trabalhadores no Mercado de Trabalho em meio aos revezes da 2ª Guerra Mundial. No período entre 1945 e 1960 temos a vitória do público sobre o privado, se destacando a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) aprovada em 1961.

Os anos 60 para a educação foram uma época de efervescência do conceito de educação como uma forma de protesto contra a hegemonia burguesa. O método Paulo Freire - educar com forma de politizar - compreende a educação como forma de transformar o cidadão em crítico, indagador, capaz de sofrer transformações para modificar a sociedade em que vive. Os primeiros anos da década de 1960 também ocorre a preocupação de parte da sociedade com os mais pobres sendo através de movimentos de educação populares apresentados projetos culturais como teatros, cinemas e artes plásticas (Ribeiro, 2013 p. 10) Em questão da Educação os adultos são o público alvo e a alfabetização a meta.

Em 1964 com o golpe, os militares assumem o poder favorecendo os interesses dominantes na direção do desenvolvimento industrial. Repressão, censura, tortura, exílio, concentração de renda nas camadas altas foram decorrentes destes anos sombrios. Todas essas medidas causaram grandes retrocessos na área da educação formal. Por um lado temos um ensino tecnicista, profissionalizante, privatizado excluindo cada vez mais as classes populares, visando atender as necessidades do mercado, por outro lado temos a resistência através das manifestações populares contra a repressão do Estado e a ditadura.

Destaco nesse período a Reforma universitária como o vestibular classificatório; organização das universidades de maneira isoladas; multiplicou as vagas em escolas superiores particulares e deu à universidade um modelo empresarial através da Lei nº 5.540/68. Houve também uma mudança no ensino de 1º e 2º graus com a Lei nº 5.692/71, estabelecendo os anos de formação abrangendo todo o território nacional.

1.3- Da transição democrática ao governo que a ameaçou

A partir de 1985 muitas foram as mudanças na educação brasileira. O Decreto nº 91.542 criou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) com o objetivo de socializar e universalização do ensino através da distribuição gratuita de livros didáticos para o Ensino Fundamental na rede pública. A alfabetização é uma

preocupação nacional: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) é denominado Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR) para quem não concluiu todo o ensino formal ou não teve acesso à escolarização.

Na década de 90 destaca a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para melhoria da qualidade do ensino e o Programa Salto para o Futuro que depois foi incorporado à TV Escola. Em 1990 na Tailândia houve a Conferência Mundial de Educação para Todos, o Brasil assume internacionalmente em 1993 o compromisso de assegurar educação para todos. Com isso, cria a comissão para o Plano Decenal de Educação para Todos, em período de 10 anos 1993 -2003.

Em 1996 a Lei nº 9.394 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE) assegura a formação integral do indivíduo estabelecendo diretrizes e base para a educação infantil à educação superior.

Em meio à política de globalização, a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 (LDB), é aprovada no Brasil a partir das pressões dos movimentos sociais, abrindo o diálogo para a discussão dos temas de diversidade cultural e pluralidade étnica. O texto propõe a construção de uma igualdade baseada na diversidade, procurando adequar a educação do país aos princípios da Constituição de 1988 e à Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura-UNESCO.

Em 1997 ocorre a junção do Fundo de Apoio Educacional (FAE) com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as atribuições e competência são unificadas. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) criado em 1998 avalia o desempenho dos alunos e escolas sendo a partir de 2001 utilizado como acesso ao ensino superior. Em 1999 ocorre a mudança do Ministério da Educação e do Desporto para o Ministério da Educação e é implantado o Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), que é um crédito educativo gerenciado pela Caixa Econômica e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena.

Em 2001 ocorre a aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172) com duração de 10 anos onde os Estados e Municípios ficariam com a responsabilidade de elaborar os planos e o Governo Federal as avaliações. É criado também o Bolsa Escola Federal para crianças de 6 a 15 anos em situação de miséria.

[...] O terceiro milênio traz uma inflexão em relação ao lugar da questão racial na política pública, sobretudo no campo educacional. A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul, é considerada um marco. Precedido, no Brasil, pelas pré-conferências estaduais e pela Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, em julho de 2001, na UERJ, esse momento marca a construção de um consenso entre as entidades do Movimento Negro sobre a necessidade de se implantar ações afirmativas no Brasil. (GOMES, 2013: p.112)

Em 2003, o governo Lula torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas de educação básica.

No tocante a educação, é nesse contexto que, finalmente, é sancionada a lei n.10.639, em janeiro de 2003, alterando a lei n.9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 2004, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 são aprovados pelo Conselho Nacional para a Educação das Relações étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Em 2009, é lançado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Implementação das referidas diretrizes curriculares (GOMES, 2013: p. 114).

Amplia-se o Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) para atender as escolas de educação especial, amplia-se também o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que agora atende crianças nas creches e os valores repassados aos alunos são equiparados. O projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA) passa a ter os recursos como prioritários para priorizar assim a alfabetização de jovens acima de 15 anos e adultos.

Em 2004 regulamentam-se artigos referente a Educação Profissional para que a educação básica se conclua com uma profissão. Para os alunos residentes da área rural o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) atende-os através de assistência financeira. Cria-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI) com bolsas a jovens de baixa renda, onde parte das bolsas é destinado à implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de portadores de deficiência e de autodeclarados indígenas e negros. (PORTAL DO MEC, 2022).

Em 2005 a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) passa a ser disciplina curricular nos cursos de Fonoaudiologia, para a formação de professores do curso de magistério.

A língua espanhola torna-se obrigatória e para capacitação de jovens de 16 a 24 anos é criado o Programa Escola de Fábrica com cursos de iniciação científica profissional, através de uma bolsa auxílio. Neste contexto, há a criação de bolsas para o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa de Educação Tutorial (PET) para professores tutores e estudantes de graduação.

Em 2006 o ensino fundamental passa a ter 9 anos e a matrícula se inicia aos 6 anos de idade. Ocorre a integralidade do Educação de Jovens e Adultos(EJA) com cursos profissionalizantes através do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional.

Em 2007 é criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com indicadores que medem a qualidade do aprendizado, estabelece metas, e acompanha o fluxo escolar. Tem-se também a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e de Valorização dos Profissionais da Educação. Os recursos federais passam a beneficiar toda a educação básica, da creche a ensino médio. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) com o objetivo de melhorar a educação num prazo de 15 anos priorizando a educação básica é lançado. No ensino superior é constituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) para a ampliar o acesso e permanência, aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos nas universidades federais.

Em 2008 ocorre a constituição do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica (Lei nº 11.738). Em 2010 o SISU – Sistema de Seleção Unificada associado ao ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio para através do sistema informatizado oferecer vagas para os cursos de graduação das instituições públicas.

Em 2011 o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) é criado para através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. (Lei nº 12.513). É instituído o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) para incentivo de pesquisadores estrangeiros talentosos e capacitação de

pesquisadores brasileiros de igual talento e formação em instituições de educação de excelência para uma troca de conhecimento.

Em 2014 é aprovado o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005) com metas e estratégias até 2024 (10 anos). Para capacitação em formação de idiomas de estudantes e professores e corpo técnico de Instituições de Educação Superior (IES) Públicas e Privadas é constituído o Programa de Idiomas Sem Fronteira (ISF) e na rede pública de educação básica e Língua portuguesa para estrangeiros.

Em 2015 é lançado o Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com a definição do conjunto de aprendizagens essenciais no percurso da educação básica.

Em 2016 é criado o Programa de Fomento à Implementação das Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) para apoio de proposta pedagógica de escolas de ensino médio em tempo integral das redes públicas dos Estados e Distrito Federal. Junto ao PRONATEC ocorre a ação do MEDIOTEC para obtenção de duas certificações para os estudantes matriculados tanto no ensino médio regular e na educação profissional técnica.

Em 2017 a Lei nº 13.415 institui as Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é homologada. Na educação básica é lançado o Programa Educação Conectada para universalizar o acesso à internet de alta velocidade e fomentar o uso de tecnologia digital.

Em 2018 o Programa Mais Alfabetização (PMALFA) para fortalecimento e apoio as unidades escolares no processo de alfabetização é instituído. Para a educação básica é criado com o objetivo de fortalecer os estudantes dos cursos de licenciatura com os estágios supervisionados o Programa de Residência Pedagógica. É homologado o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino médio e instituído o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBCNN) para apoio de Estados e municípios no processo de revisão ou elaboração e implementação dos currículos alinhados a Base Nacional Comum Curricular (BCNN).

Em 2019, no governo Bolsonaro, o Ministério da Educação anuncia um “compromisso nacional pela educação básica” junto ao Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDINE) para impulsionar a educação infantil, fundamental, médio, ensino de jovens e adultos e tornar o Brasil referência na América Latina até 2030.

Ocorre os lançamentos do FUTURE-SE – Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras para fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com parcerias de organizações sociais. É criado o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares para implementação de 216 escolas até 2023, Programa Novos Caminhos para aumentar em 80% o número de matrículas em cursos profissionais e tecnológicos para abastecer a demanda do mercado em profissões futuras, Programa Conta pra Mim com o objetivo a estimular a leitura familiar na primeira infância. Cria-se também a Identidade Digital (ID) para os estudantes com acesso gratuito na loja virtual do Governo Federal. O Diploma Digital, certificado que tem a finalidade de agilizar o processo de obtenção do documento pelo estudante, reduzindo o tempo de 90 dias para 15 dias.

Em 2020 baseado na Política Nacional de Alfabetização (PNA) foi lançado o Programa Tempo de Aprender para aperfeiçoamento, apoio e valorização a professores e gestores escolares de pré-escola e ensino fundamental.

A partir de Abril de 2020 devido a Pandemia da COVID-19 o Calendário Escolar é reorganizado e uma série de outros pareceres são efetuados, como Guarda religiosa do sábado, reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2020, que tratou da reorganizar do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, prorrogação do prazo a que se refere o artigo 60 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, para implantação de instituições credenciadas e de cursos autorizados, em razão das circunstâncias restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19. Novas orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia, prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), estabelecimento de normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Em 7 de julho de 2020 há um parecer CNE/CP nº 11, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da pandemia e das Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que

estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. A instituição de Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Em 2021 temos a implementação de medidas no retorno das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar.

1.4- A quem compete educar?

Neste capítulo procuramos indicar as principais ações, medidas, decretos, normativas que pautaram a educação como tema central da agenda de políticas públicas. Todas as referências indicadas estão associadas a projetos de governo, orientações políticas e econômicas que indicaram maior ou menor capacidade de incorporação, bem como orientações pedagógicas relacionadas a diversos projetos de nação.

O Brasil é um país continental. Suas diferenças internas nem sempre foram consideradas nas propostas de educação pública. A ideia de centralizar uma política e torna-la universal esbarrou muitas vezes na desigualdade de oferta e de decantação em realidades culturais e territoriais distintas que não foram devidamente respeitadas.

Escolarização e educação são termos muitas vezes empregados como sinônimos mas que se referem a processos distintos. Por isso, responder a pergunta do capítulo: “a quem compete educar?” constitui uma provocação sobre a visão que confunde educação com escolarização. Educar é muito mais amplo e envolve toda a sociedade, através da transmissão e da troca de conhecimentos, valores, formas de ser e estar no mundo e de se relacionar com as pessoas. Educar remete à cultura e aos códigos que nela estão presentes. Uma das convenções culturais que nos orienta na contemporaneidade é considerar que é dever da família educar. Sem desconsiderar essa visão, entendemos que a família é uma das instituições sociais que partilham essa função, compreendida aqui como socialização primária.

Associar o Estado à Educação é, segundo a historiadora Carlota Boto (1996), um fenômeno tipicamente moderno. Começamos com a educação ligada ao

indivíduo e caminhamos ao longo da história para a educação como um coletivo, e levando assim a uma compreensão de um direito social. Esse foi um longo caminho até o século XX e agora associando educação a direito a ser garantido pelo Estado e proporcionando assim a possibilidade de ascensão econômica e social.

O Brasil também percorreu um grande caminho, porém totalmente desalinhado dos padrões globalizados e vigentes. Neste caminho destaco as décadas de 1930, o período da ditadura e o final da década de 1980 como um tempo de debates, medidas e reformas para a construção de um sistema nacional de educação.

Na nossa última Carta Constitucional temos a coparticipação efetiva da família e de toda a sociedade: Diz o artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

E como manter o interesse do aluno na escola durante todo o período escolar? Não só durante dias ou meses ou alguns anos, mas o que compreende o ensino fundamental e ensino médio completo?

Apesar de as escolas terem várias formas pedagógicas para estimular a participação e o protagonismo do aluno, parece que os fatores diversos intra e extramuros impedem uma parte desses alunos de completarem seu ciclo escolar. Segundo Rumberger (2006a), identificar as causas de evasão escolar é extremamente difícil, pois este fenômeno é influenciado por vários fatores, sejam eles relacionados aos estudantes ou às suas famílias, escolas e comunidades. Este autor entende a evasão escolar como um processo e não apenas como um momento pontual na vida do estudante.

Temos algumas associações importantes entre atraso idade-série, reprovação e evasão escolar. Dados sobre escolaridade, gênero, cor/raça, idade, total de escolas relacionados a ofertas de matrículas, aprovação e reprovação.

Na região do município de Belford Roxo (RJ) segundo (LISBOA, L.C., GIRIANELLI, V. R., VASCONCELLOS, L.C.F., 2020) 39,3% da população com rendimento mensal de até meio salário mínimo por pessoa, (IBGE, 2020) com famílias que estão em situação de vulnerabilidade e necessitam de assistência social para garantia de acesso aos direitos sócio assistenciais e ampliação de sua

capacidade protetiva, com demandas nas áreas da saúde, alimentação, trabalho, renda e educação, cujas famílias assistidas por programas sociais e informados das condicionalidades do mesmo, não impediu que a evasão escolar fosse a segunda causa do bloqueio ou exclusão do seu recebimento.

(...) Segundo dados do Sistema de Gestão Acadêmica da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 25% das famílias dos alunos matriculados no ensino fundamental em 2019 participavam do programa de transferência de renda Bolsa Família

Neste contexto, observa-se que a situação econômica cujas principais decorrências foram a diminuição da oferta de empregos e a redução da renda familiar, a evasão escolar aparece como umas das expressões da questão social. Nos municípios onde a população na faixa de pobreza ou extrema pobreza que acessam os CRAS, há famílias com dificuldades de manter seus filhos no cenário escolar pois torna-se necessária a entrada dessas crianças e adolescentes no mercado de trabalho informal para complementação da renda.

2- Famílias e o direito à educação

A família é lugar de proteção, de reprodução de valores, de afetos, envolve relações, onde se ouve as primeiras falas e onde ocorre a construção da autoestima e a imagem do mundo exterior. Também é lugar de conflitos e de correlação de forças.

Mesmo com várias situações adversas como mudanças políticas, sociais e econômicas, a família ainda é a estrutura social inicial e tradicional onde o indivíduo aprende a conviver em sociedade.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016) (BRASIL, 1990).

Os formatos podem ser variados: casais com filhos naturais e adotados e enteados ou sem filhos, casais homo afetivos e hetero afetivos, avós que criam seus netos, com tios e tias, enteados e primos que mantêm o parentesco e famílias adotivas, solteiro com filhos mas todos sabem quando fazem parte de uma família ou não fazem parte.

O Código Civil de 1916 foi a primeira legislação brasileira a abordar de forma centralizada a família e o casamento civil entre homem e mulher como o responsável pela instituição da família. Tinha, portanto, como bases o matrimônio (constituída somente pelo casamento formal), o patriarcado, a relação heteroparental, de base biológica.

Com as mudanças na sociedade e conseqüentemente nas configurações familiares, novas concepções e novas práticas são observadas como reflexo das orientações políticas, econômicas, sociais e culturais. Entre esses aspectos destacam-se a industrialização, a emancipação da mulher e seu lugar no mercado de trabalho, por exemplo, caminhando assim para o enfrentamento ao modelo de dominação patriarcal.

[...] O Código Civil de 1916 mantinha o compromisso com o Direito Canônico e com a indissolubilidade do vínculo matrimonial. Nele, a mulher era considerada altamente incapaz para exercer certos atos e se mantinha em posição de dependência e inferioridade perante o marido.

Complementaridade de tarefas, sim. Igualdade entre homem e mulher, nunca. Ao marido, cabia representar a família, administrar os bens comuns e aqueles trazidos pela esposa e fixar o domicílio do casal. Quanto à mulher, bem... esta ficara ao nível dos menores de idade ou dos índios. Comparado com a legislação anterior, de 1890, o Código traz a mesma artimanha. Ao estender aos “cônjuges” a responsabilidade da família, nem trabalhar a mulher podia sem a permissão do marido. Autorizava-se mesmo o uso da legítima violência masculina contra excessos femininos. A ela cabia à identidade doméstica; a ele, a pública. Mas não sem um ônus: a de ser honesto e trabalhador em tempo integral. Esse era o papel social que mais valorizava o homem. (DEL PRIORE, 2005, p. 246 - 247).

Nas Constituições de 1934 e 1937 destacam-se a realização do casamento religioso perante ministro de qualquer confissão religiosa com efeitos civis. Em 1937 novamente se reitera o casamento como indissolúvel. Em 1946 destaca-se o casamento religioso celebrado sem prévia habilitação civil e depois posteriormente inscrito no registro público conforme requerimento do casal após cerimônia religiosa. Em 1977 a Emenda constitucional nº 9 traz o fim do casamento indissolúvel do casamento civil e institui o divórcio em nosso país. A Lei 6.515 chamada “Lei do divórcio” regula todos os assuntos ligados a dissolução do casamento.

Em 1988 com a Constituição Federal - chamada a Constituição Cidadã devido ao momento histórico que o Brasil atravessava - há importantes mudanças no tocante à família. O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei; para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento; entende-se também como entidade familiar a comunidade formada, por qualquer dos pais e seus descendentes de direito; Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio após prévia separação judicial, por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos; os filhos, havidos ou não da relação.

Diante de todas essas mudanças e conquistas ao longo dos governos através de leis, a consequência que as organizações familiares são diversas atualmente. Com relação a uma das expressões específicas da questão social como a evasão escolar a família é a primeira a ser responsabilizada pelas instituições de ensino, pelo Estado sobre quaisquer situações que impeça o aluno a terminar o ciclo de ensino.

Sendo o trabalhador e a sua família, alvos do exercício profissional em todos os espaços educacionais, MIOTO (2010) ressalta que a família é um sujeito privilegiado de intervenção desde os primórdios da profissão e complementando GARCIA (2021) indica a importância de ao trabalhar com família salientar os recortes de gênero, de raça/cor, orientação sexual, territórios, entre outros.

A Política Nacional de Assistência Social vigente no Brasil desde 2004 e a institucionalização do Sistema Único de Assistência Social elencaram a família como centro das ações de proteção social. (GARCIA, OLIVEIRA, CORDON, 2019, p. 2). Com isso acompanha-se as suas transformações, autonomia e protagonismo social, entre outros fatores.

Há uma complexidade dentro de cada núcleo familiar que estruturada em todos os aspectos da sociedade, destacando o mundo do trabalho e o setor tecnológico. Sendo assim, observa-se que, ao longo destes estudos, a família só é assistida pelo Estado quando acontece alguma falha, caracterizando assim o modelo de proteção familista que reforça algumas características como a responsabilidade da mulher na proteção, criação e educação dos filhos, cuidados com o envelhecimento dos membros da família.

Dentro desse contexto, surgem as questões com relação a participação da família no acompanhamento escolar da criança e do adolescente: qual é a importância da escolaridade para a família que o acompanha?

Como a família se comporta com a redução do estado em relação a Proteção Social que assiste de forma pontual e parcial para a sua manutenção? Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/ 2004, p. 31) a definição de Proteção Social que são as formas Entende-se por proteção social as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações Neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (alimento e o dinheiro), quanto os bens culturais (os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social. Ainda, os princípios reguladores e as normas que, com intuito de proteção, fazem parte da vida das coletividades”.

A concepção de programas e projetos e suas implementações para aquisição de benefícios, acesso a serviços e programas centralizados na família de forma nuclear e a efetivação dessas ações pela política de Assistência Social é denominado matricialidade sociofamiliar, sendo destaque na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Mesmo assim a família é a principal responsável pela proteção e o Estado só intervém quando a mesma já não consegue garantir os recursos necessários para manutenção dessa própria família. CASTILHO E CARLOTO (2010) trazem algumas citações sobre o familismo presente nas políticas sociais o que endossa com MIOTO (2006 p. 165) com uma perda gradual de deveres e uma sobrecarga da família cobrindo as insuficiências das políticas públicas. Sendo a família um espaço a ser cuidado e que requer cuidados.

2.1- Quem pariu Mateus que o escolarize?

Na PNAD continua de 2021 e comparando com os dados de 2013 a 2021, o índice de evasão escolar apresentou um aumento no período de pandemia entre crianças do primeiro período do ensino fundamental. Essa faixa etária experimentou o maior rigor do isolamento com consequências nas famílias e nas escolas. No período posterior os índices foram atípicos pois os adolescentes entre 14 e 29 anos tem suas atividades relacionadas com a diminuição de oferta de emprego, têm mais autonomia e permaneceram na escola para conseguir o diploma, diminuiram conforme tabela abaixo na pesquisa do Fundação Getúlio Vargas social (FGV social).

Quadro 1: Taxa de evasão por faixa etária

	De 5 a 9 anos	De 10 a 14 anos
1º trimestre de 2013	3,57%	1 ,84%
1º trimestre de 2014	3,31%	1 ,80%
1º trimestre de 2015	2,83%	1 ,69%
1º trimestre de 2016	2,58%	1 ,30%
1º trimestre de 2017	2,02%	1 ,07%
1º trimestre de 2018	1,68%	0 ,96%

1º trimestre de 2019	1,47%	0,93%
1º trimestre de 2020	1,39%	0,81%
1º trimestre de 2021	4,87%	0,81%

Fonte: FGV Social, 2021

O período de pandemia também evidenciou a defasagem tecnológica. Um terço dos colégios da rede pública não teve qualquer tipo de aula à distância – fosse ao vivo, gravada, pela internet, pelo rádio ou pela televisão.

(CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2020). Enquanto 38% dos alunos de maior renda voltaram com suas aulas presenciais, apenas 16% dos alunos de menor renda voltaram no mesmo período analisado, também na planilha anexa um dado que chama atenção que apenas 2% das escolas municipais subsidiaram internet em casa para alunos, faixa etária entre 5 a 9 anos.

Quadro 2: Escolas que subsidiaram internet em casa para alunos

	Escolas MUNICIPAIS	Escolas ESTADUAIS	Escolas FEDERAIS
Percentual de escolas	2%	21,2%	82,5%
Universo de alunos atendidos	23 MILHÕES	15 MILHÕES	426 MIL

Fonte: “Resposta educacional à pandemia de COVID-19 no Brasil” – INEP

Dentro desse mesmo contexto do Ensino Médio, em uma pesquisa de âmbito nacional em que participaram mais de 50 mil alunos e 7 mil professores, foi constatado que o principal problema deste nível de ensino consiste no desinteresse dos alunos frente às atividades escolares. Neste estudo, sob a perspectiva do aluno, este problema foi apontado por 6 em cada 10 estudantes. (MENDES, 2013)

Outro fator evidenciado é a violência nos bairros próximos às escolas, ou onde as escolas estão inseridas. O projeto Drogas: Quanto Custa Proibir, coordenado pelo CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) revela os impactos da política de proibição das drogas no orçamento público no Brasil. A segunda etapa do projeto Drogas: Quanto Custa Proibir, aborda os efeitos que tiroteios e operações policiais no entorno de escolas do ensino fundamental têm

sobre o desempenho acadêmico dos alunos e sobre suas chances de reprovação e abandono escolar. A identificação de quem domina o território¹ é importante para identificar quais os fatores que podem influenciar a evasão escolar. Esses tiroteios além de tornar a população que mora nesses territórios estigmatizada, reduz ainda mais as suas oportunidades de receber recursos do poder público que quando acessado é sempre de forma fragmentada e pontual.

(...) diversos estudos têm mostrado que a constante preocupação com a segurança afeta diretamente a capacidade de foco e de atenção dos estudantes, provoca medo e estresse, além de aumentar o risco de abandono escolar e de associação a grupos criminosos locais. (DAVANZO, E. S. Ensaio empírico sobre violência, educação e bem-estar. Tese de Doutorado em Economia Política. Campinas: ECO/Unicamp, 2021).

Segundo os dados do Instituto Fogo Cruzado e a Grupo de Estudos dos Novos Legalismos, da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF) aponta que entre 2006 a 2021 as milícias e as facções do tráfico de drogas tiveram crescimento de 131,2%. Segundo o Mapa dos Grupos Armados em todo o estado do Rio de Janeiro equivale a 20% da área urbana habitada da Região Metropolitana.

O racismo estrutural sempre ocorreu dentro do ambiente escolar, local de ampliação e construção de conhecimento onde ocorre uma desigualdade que reflete na posição do negro e pardo.

A sociedade desde a creche ao ensino superior sendo na rede pública ou na privada evidencia-se a desigualdade racial e citando Almeida (2019), “No fim das contas, ao contrário do que se poderia pensar, a educação pode aprofundar o racismo na sociedade.”. Essa situação de racismo com certeza refletirá na relação entre atraso idade-série, série-aprendizado, abandono e evasão escolar. Aprovação e reprovação.

Quando destaca-se a questão racial associada às questões educacionais, segundo a PNAD de 2019 na faixa etária entre 11 e 14 anos a taxa de pessoas brancas é de 90,4% enquanto negros e pardos 85,8% referente a adequação idade/série.

Outro indicador que aponta para essas evidências são as taxas de analfabetismo dos pretos e pardos de 8,9% em comparação aos brancos 3,6% é notória a diferença de percentual entre eles, 5,5% e ao observar alunos matriculados

na Educação para jovens e adultos EJA temos pretos e pardos com 74,9 % como raça declarada.

3. Aproximações com a evasão escolar

Neste trabalho procurou-se refletir a respeito dos processos de inclusão e evasão escolar nos tempos de pandemia e como as causas que levam a essa evasão foram agravadas neste período. Para este fim, foi realizada uma análise sobre as implicações que tais processos acarretam na vida dos estudantes, procurando-se perceber como a variável motivacional pode apresentar-se tanto como consequência do processo de inclusão como estar relacionada às causas da evasão por parte do aluno.

Fica evidente a importância que o papel da motivação adquire no contexto escolar, o que vem a fomentar um campo de discussões cada vez mais abrangente e significativo na área de Psicologia da Educação.

A motivação é um dos fatores que junto com outros determinam a permanência do aluno até a conclusão do ensino médio. As questões são complexas e se interligam e as instituições, particularmente a família, que recebe um “peso dobrado” e um papel determinante nesse processo.

3.1- O campo de estágio como campo de pesquisa

O trabalho de pesquisa de campo buscou crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos com entrevistas de forma individual, autorizada pelos responsáveis. Ainda que a instituição já possuísse a autorização de uso de dados e imagens que é assinado quando ocorre a matrícula na associação para reforço escolar/curso de informática/atividades complementares, nenhum respondente foi identificado na pesquisa.

A escolha da faixa etária de 7 a 14 anos refere-se ao fato da passagem do ensino fundamental básico para o ensino médio onde as taxas de abandono e evasão escolar se acentuam, quase dobrando.

Apesar de ser uma técnica pouco explorada, Carvalho et al (2004) indica que o questionário com entrevista mostra a capacidade de opinar, criticar e entender as questões propostas ou situações relacionadas com o cotidiano das crianças e adolescentes dentro de um território específico para uma posterior análise qualitativa.

O fato de já ter uma relação dentro do ambiente de trabalho com os pesquisados, faz com que as respostas ora surpreendentes devido a um assunto

antes não abordado mas ao mesmo tempo capaz de entender melhor o perfil de cada um dos entrevistados.

O questionário foi elaborado através de uma busca bibliográfica sobre o tema e de forma a entender o perfil do aluno da instituição que frequenta as escolas públicas municipais e estaduais no espaço da Associação para assim obter as informações para elaboração desse projeto que possam pontuar um possível perfil dos alunos e que leve a evasão escolar.

Buscou-se pontuar o que mais influencia o interesse ou desinteresse dos alunos pelos estudos durante a pandemia e qual a influência da família para o incentivo de seus estudos, tentando assim se antecipar a uma possível desinteresse do aluno e entender os fatores que evasão escolar e também buscar na bibliografia existente.

Também buscou-se entender como é o funcionamento do território que engloba as escolas e as residências e o deslocamento dentro do território, especificamente dos alunos que frequentam as escolas do ensino fundamental do bairro de Ramos e adjacentes.

Os questionários foram respondidos na sala de Serviço Social com os alunos com faixa etária entre 7 e 14 anos que são divididos em turmas nos períodos da manhã e tarde.

A sequência da convocação das 108 crianças e adolescentes sendo 57 respondidos seguiu a distribuição por turma A-B-C-D-E (turno da tarde) M-N-O-P-Q (turno da manhã) e suas respectivas faixas etárias, conforme quadro 3:

Quadro 3: Turmas entrevistadas, segundo faixa etária

TURMA MANHÃ 08H ÀS 12H	TURMA TARDE 13 H ÀS 17H	FAIXA ETÁRIA
M	A	7 , 8 ANOS
N	B	9 ,10 ANOS
O	C	10 ,11 ANOS
P	D	12 ,13 ANOS
Q	E	14 ,15 ANOS

Fonte: Associação Jesus de Nazaré

Não foi estabelecido um tempo rígido para as respostas mas em média duraram de 20 a 40 minutos para o preenchimento completo. O tempo para todos responderem o questionário foi de quatro semanas consecutivas.

O questionário foi elaborado com 24 perguntas sendo 4 dissertativas e 20 objetivas, todas sendo objeto de análise parcial do Trabalho de Conclusão de Curso. Objetivas com múltiplas opções de respostas. Houve a participação de 61,56 % dos alunos com 57 questionários respondidos.

Foram respondidas questões relacionadas sobre idade, gênero, raça/ cor, sobre a violência em torno de sua residência e da escola que frequentam, qual a forma de acessar a instituição,

As crianças, em sua maioria, fazem parte das escolas públicas de Ensino Fundamental que tinham como diretriz seguir as estratégias de comunicação e apoio tecnológico orientada aos alunos para continuidade do ano letivo durante o Pandemia de COVID-19, como canais de comunicação com a escola e diretamente com os professores, acesso gratuito e subsidiado à internet em domicílio e disponibilidade de equipamento para uso do aluno.

3.2- O reforço escolar como enfrentamento à evasão

A Associação Jesus de Nazaré tem em média 120 alunos atendidos por mês ao longo do ano. Conta com uma pedagoga, uma assistente social e duas estagiárias de Serviço Social, uma psicóloga e duas estagiárias de Psicologia, um advogado, um coordenador administrativo, quatro assistentes administrativos, dez professores e dois estagiários de Pedagogia, oito voluntários, profissionais de limpeza e cozinha e prestadores de serviço do Programa de Braços Abertos/ VEPEMA.

Várias são as respostas para que os alunos apresentam como razão para evadir do ambiente escolar. Mesmo num universo de 57 alunos, 16% já pensaram em interromper os estudos em algum momento. Entendo que os que permaneceram não são os melhores respondentes sobre evasão, por isso buscou-se cruzar informações sobre quem mais os incentiva a estudar, quais a principal motivação para buscar o reforço escolar e as maiores dificuldades no período da Pandemia.

. Grafico 1: Interrupção dos estudos

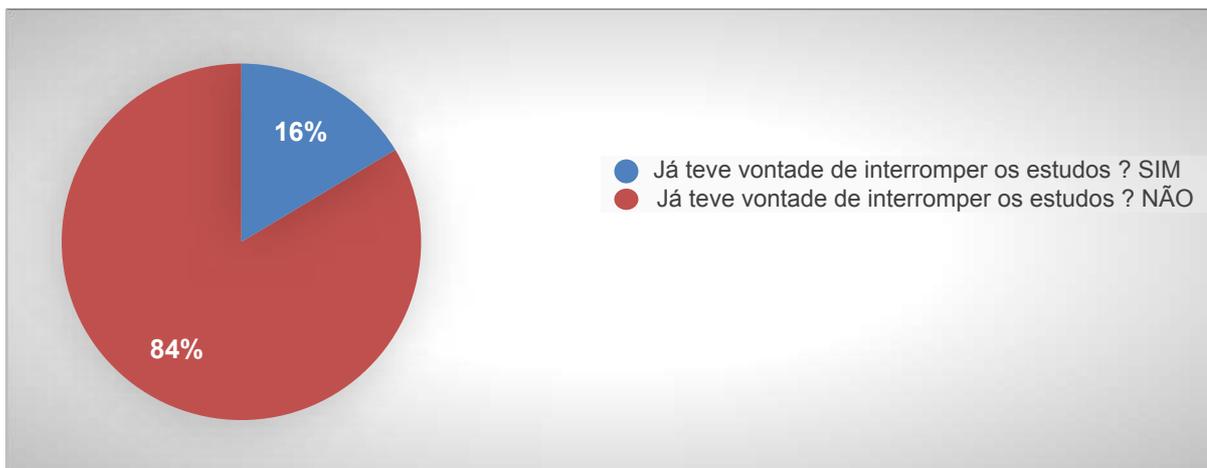
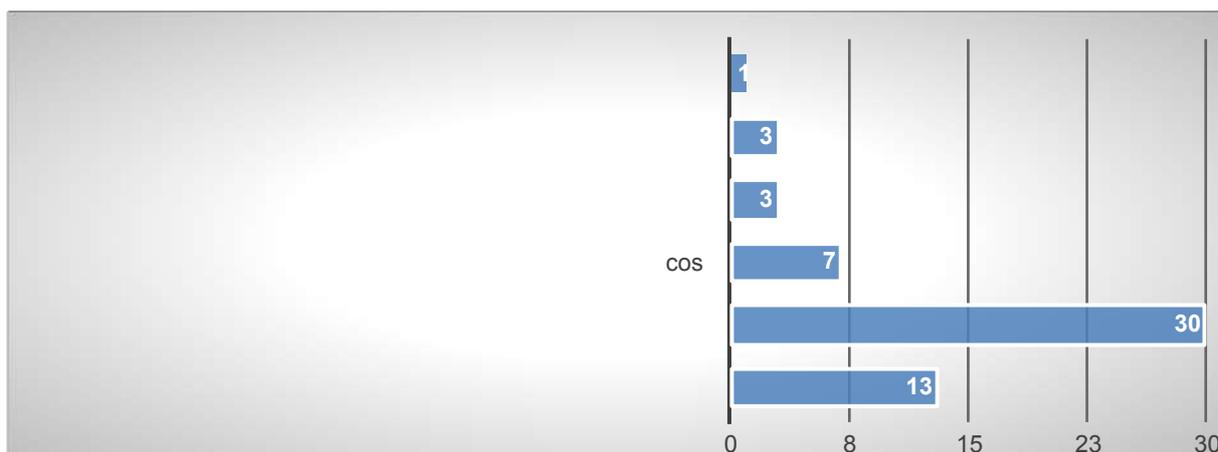


Gráfico 2: Motivos para o reforço escolar



O tempo dentro do ambiente escolar é muito importante na formação dos alunos. As crianças e adolescentes na instituição tem um período do dia na escola local e um período na instituição onde participam das atividades de reforço que inclui as disciplinas de português, matemática, língua estrangeira modalidade: inglês, história, geografia, ciências, curso de informática e as atividades completares de dança, esporte e luta.

Como na escola, possuem uma grade e carga horária a ser cumprida durante toda a semana de segunda-feira a sexta-feira. O fato da criança e adolescente ter seu dia totalmente ocupado influenciará em várias situações para a família, pois

podemos relacionar com a segurança, com aprendizado reforçado e contínuo, tentativa de diminuir a defasagem série-aprendizagem.

Essa ampliação do tempo diário de escola tem sido apresentada, no Brasil (RIBEIRO, 1986) e em outras partes do mundo (GRUNDER, 1997; CATTAMBRINI, 1997), como uma aposta na diminuição das diferenças entre os sistemas de prestígio, entre os alunos com forte capital cultural e os oriundos de famílias com baixo capital cultural, coisa que o prolongamento generalizado dos anos de escolarização não teria atingido. Na instituição essa aproximação faz-se de maneira a criar atividades para compartilhamento, acolhimento e reflexão através de um contínuo diálogo entre todas as partes envolvidas.

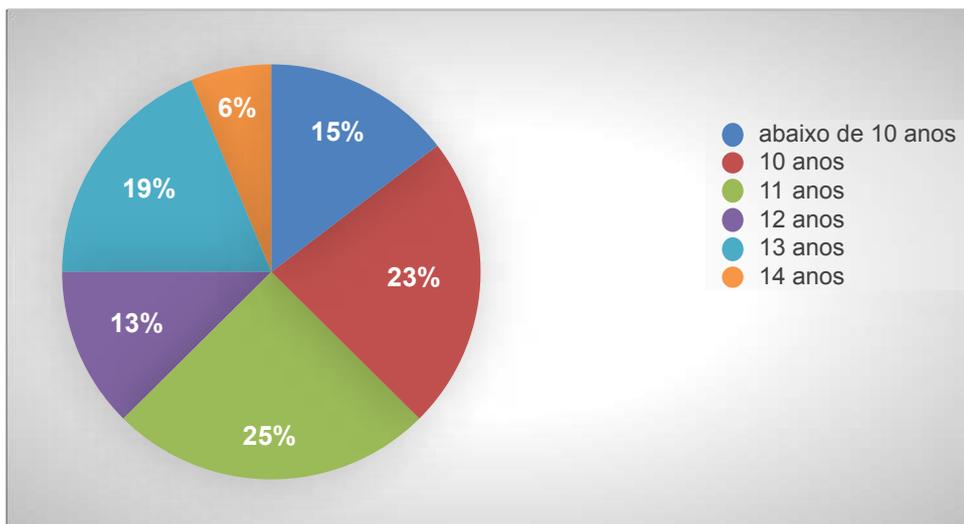
As crianças e adolescentes se mostraram interessadas a participar, e mesmo as crianças com idade de 7 anos conseguiram entender as perguntas e se expressar diante do questionário. Dentro do próprio trabalho separou-se em perguntas simples e mais complexas, as simples seriam idade, colégio onde estuda, como chegava a instituição, quais as atividades mais ou menos gostam. Essas seriam respondidas de forma mais rápidas e como forma de coleta de dados, já as mais complexas envolvem os confrontos e tiroteios próximos a residência e escola, situações de instabilidade emocional ou financeira, a falta de equipamentos durante a pandemia para as aulas remotas.

Durante as entrevistas os alunos da Associação Jesus de Nazaré informaram que essas estratégias ou não aconteceram em suas escolas ou aconteceram de maneira muito precária.

Alguns alunos relataram que tiveram uma senha disponibilizada para acesso à internet que nunca conseguia acesso, ou fazer o login e então não tinha acesso aos exercícios e isso aconteceu até o retorno das aulas presenciais.

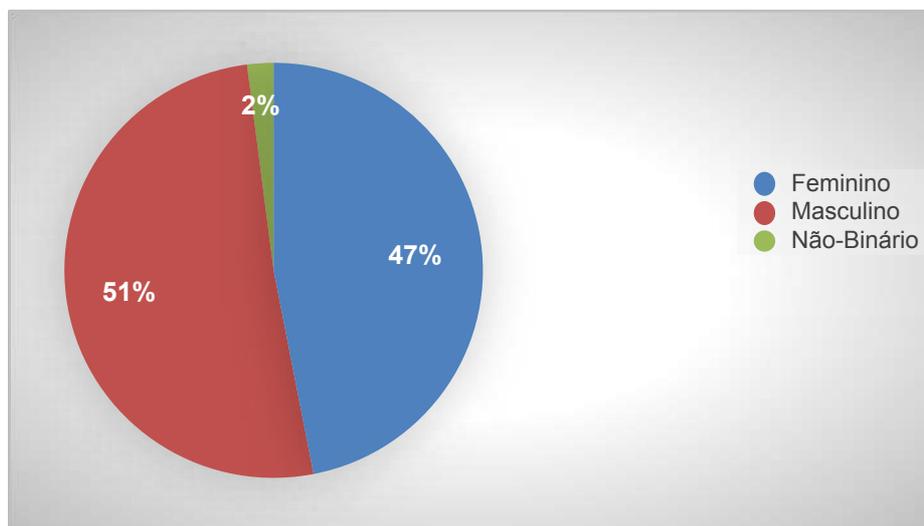
Com um total de 57 questionários respondidos, foi analisada o conteúdo e o discurso através de uma pesquisa qualitativa. Os questionários respondidos na sala de Serviço Social e salas de aula com os alunos com faixa etária entre 7 e 14 anos que são divididos em turmas nos períodos da manhã e tarde. Verificou-se que 60% dos alunos estão na faixa de 10, 11 e 12 anos de idade. Através da PNAD, observa-se que o atraso escolar se acentua a partir dos 11 anos, quando os alunos ficam em situação de distorção idade-série, a reprovação contínua e a evasão são alguns dos fatores que levam a essa situação.

Gráfico 3: Faixa etária



Outro recorte importante é por sexo, observando a gravidez na adolescência, o emprego informal, inserção de crianças e adolescentes no tráfico ilegal de drogas, o bullying envolvendo pessoas LGBTQI+ são alguns dos fatores que podem ser cruzados com dados da evasão escolar.

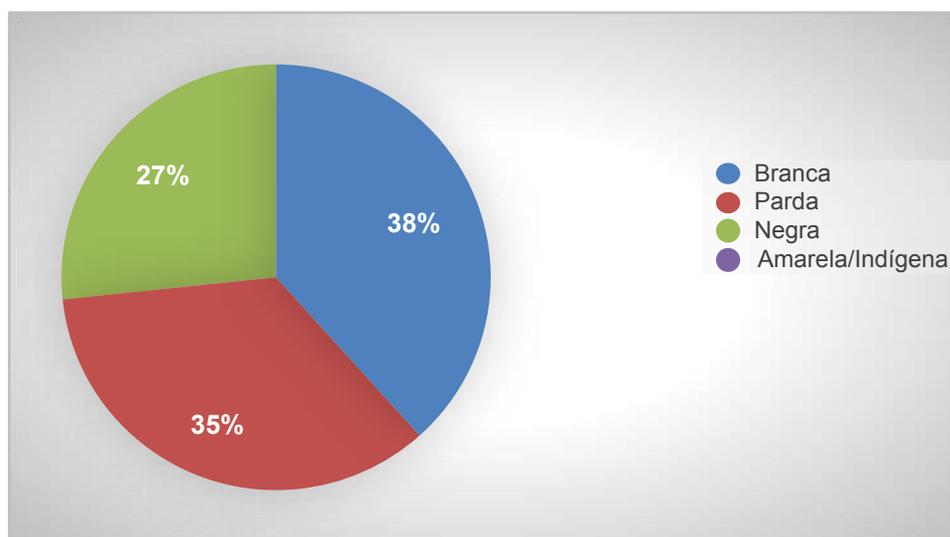
Gráfico 4: Sexo



Dentre universo de entrevistados/as, 73% é das crianças e adolescentes se declararam negras/pardas., Alguns alunos ficavam na dúvida: eles sabiam que não

eram brancos mas também não se identificavam como negros e assim se declaravam pardos.

Gráfico 5: Raça/cor



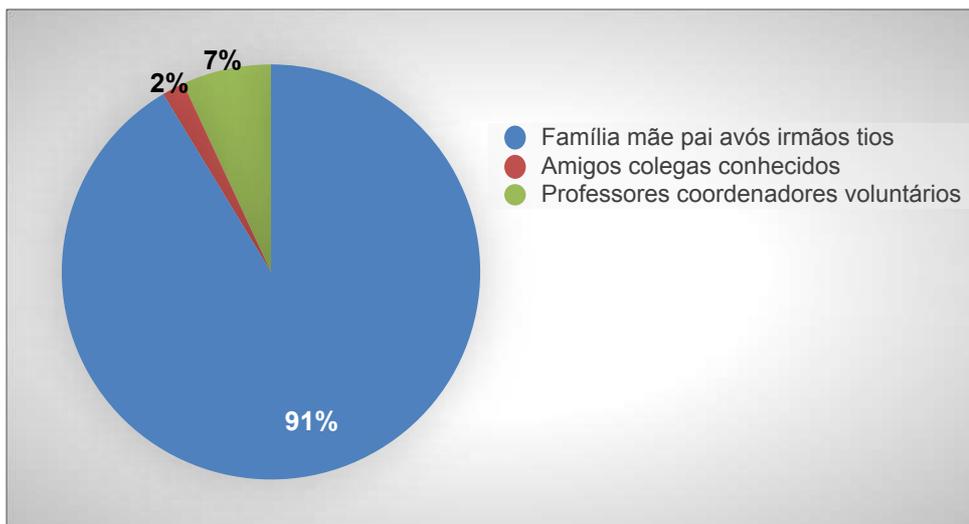
Percebe-se que os/as alunos/as identificados/as como pretos/pardos são predominantes na educação de jovens e adultos do ensino fundamental e médio. Pretos e pardos representam 74,9% do EJA fundamental e 68,1% do EJA médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada.

(...)No Brasil, uma pesquisa baseada em dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostrou que escolas situadas em regiões violentas apresentaram os piores resultados de estudantes cursando o quinto ano do ensino fundamental em 2007.

Dentre os/as alunos/as pesquisados/as, 88% dos alunos são das escolas públicas de ensino fundamental do bairro de Ramos alguns frequentam a mesma escola.

Geralmente a mãe solo ou avó, raramente o pai ou padrasto, as acompanham. São estas as pessoas que mais incentivam a permanência no reforço.

Gráfico 6: Incentivo ao reforço



A seguir são apresentados os motivos para a procura do reforço. São os principais: melhorar seu desempenho escolar, principalmente depois do período da pandemia, ocupação do tempo livre pois a certeza que as crianças ou adolescentes não estarão desocupados neste período as tranquiliza e ainda estarão estudando.

O INEP informa que de todas as 179 mil escolas da rede básica no Brasil, das quais 168 mil (94%) responderam. O Ensino Fundamental é o que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (9,9%), projetor multimídia (54,4%), computador de mesa (38,3%) ou portátil (23,8%) para os alunos ou mesmo internet disponível para uso dos estudantes (23,8%). CENSO ESCOLAR (2020) Evidenciando também a disparidade entre as escolas públicas e privadas pois a internet está presente em (96,8%) das escolas privadas, enquanto, na rede municipal, o percentual é de (66,2%).

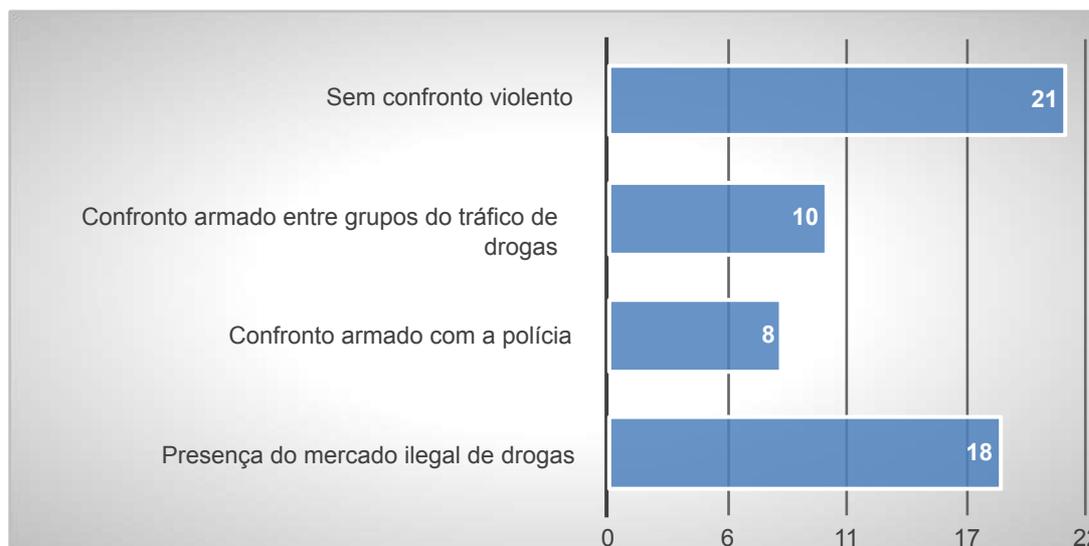
O deslocamento refere-se à preocupação com a violência urbana do entorno do Bairro de Ramos. Alguns alunos moram nos Conjunto de favelas da Maré, Complexo da Penha e comunidades dentro dos bairros.

A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, tem sido palco de permanente embate entre grupos armados que disputam o controle de pontos do varejo de drogas. Por isso uma constante preocupação da família com esse deslocamento.

(...) A cada tiroteio que ocorre em uma comunidade cresce o estigma lançado sobre aquele território e sobre aquela

população, cresce o medo que se dissemina entre todas as pessoas, reduzem-se as condições de empregabilidade e se reduzem também as efetivas chances de inclusão e acesso a direitos de quem vive naquele lugar.

Gráfico 7: Território



(Fonte: AJN, 2021)

O deslocamento refere-se à preocupação com a violência urbana do entorno do Bairro de Ramos. Alguns alunos moram nos Complexos da Maré, Complexo da Penha e comunidades dentro dos bairros.

A cidade do Rio de Janeiro, nas últimas décadas, tem sido palco de permanente embate entre grupos armados que disputam o controle de pontos do varejo de drogas. Por isso uma constante preocupação da família com esse deslocamento.

Ainda segundo o questionário que as crianças e adolescentes da instituição responderam referente ao território em que residem e no entorno de suas residências refere-se a como se sentiram afetados com o isolamento, as aulas remotas e a pandemia como um todo depois desse período, sendo 26% apresentou dificuldades com as aulas remotas dadas nas escolas e 35% apresentaram emoções como tristeza, irritabilidade, depressão. Somente 9% conseguiu manter suas notas.

Considerações Finais

Este trabalho partiu de uma experiência de estágio dentro de uma instituição que reúne vários alunos que frequentam as escolas públicas de ensino fundamental nos bairros de Ramos, Manguinhos, Bonsucesso, Complexo da Maré e Complexo da Penha, com suas demandas relacionadas à economia, conflitos armados e ausência de políticas públicas.

Pretendeu-se pontuar alguns fatores que podem levar a evasão escolar e algumas de suas consequências buscando evidenciar a política do Estado de sobrecarregar a família, intervindo de forma ou coercitiva ou emergencial.

Essa ausência ou fragmentação de políticas públicas contribuem para a evasão escolar que, por sua vez incidirá na (des) qualificação profissional, na (falta de) perspectiva do aluno para o futuro, na perda de conhecimento, entre outros. O trabalho não teve como foco culpabilizar atores, mas responsabilizar o Estado e a sociedade de modo distinto e buscar soluções para tentar se antecipar a um problema grave, que reflete em toda a sociedade.

Muitas são as causas apontadas, intra ou extramuros. O Estado, a família e a escola são diretamente implicados em um direito que priva principalmente a camada mais vulnerável e pobre da população, em um ciclo de miséria infinito.

Estudos sobre evasão escolar apontam-na como um tema recorrente na educação pública brasileira, englobando desde a creche ao ensino superior e que num recorte com a faixa etária nos dá um perfil de alguns fatores que podem influenciar os índices de fracasso escolar com relação à conclusão de todo o seu ciclo pelo aluno.

Os dados colhidos junto aos alunos que frequentam a Associação Jesus de Nazaré mostram as dificuldades na adaptação na escola em forma remota no período de pandemia, e com relação a oferta de novos recursos tecnológicos e pedagógicos de maneira abrupta para dar conta da continuidade ao ano letivo.

Com relação às ferramentas utilizadas junto aos alunos como :disponibilidade de materiais de ensino-aprendizagem impressos na internet ou para retirada na escola pelos alunos ou responsável, realização de aulas ao vivo (síncronas) e assíncronas (previamente gravada), avaliações remotas, suporte, atendimentos virtuais e presenciais aos alunos e responsáveis, algumas aconteceram e outras não.

Quando destaca-se a questão racial associada às questões educacionais, os indicadores nos confirmam como o racismo estrutural reflete na população negra/parda e economicamente desfavorecida. A busca por políticas públicas que primeiro admitam a existência de um estado racista, como cita Silvio de Almeida (2019) “o racismo é sempre estrutural, ou seja, [...] é e um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”

Ao admitir essa política racista do Estado que atinge o ambiente escolar pode-se buscar soluções dentro de uma educação antirracista, pois caminhos propostos são muitos, como a valorização da história étnica-racial, propostas de atividades escolares multiculturais e inclusivas. É necessário, pois, buscar maneiras de implantar essas propostas desde a pré-escola.

A desigualdade de permanência e frequência na escola tem início ainda no ensino fundamental, nos primeiros anos crianças de 6 a 10 anos permanecem na escolar, na idade de 11 a 14 anos a evasão escolar ocorre, sendo os que frequentam são brancos 90,4% e negros/pardos 85,8%

A família é a primeira a ser responsabilizada pelo fato de a criança completar ou não todo ciclo de educação e a sua manutenção em tudo relacionado ao seu físico, intelecto, emocional e social. Mesmo com todas as adversidades, com mudanças políticas e econômicas a família é a estrutura inicial e tradicional para o indivíduo ter referências e valores e isso a torna para muitos - responsável solitária por sua proteção.

Esse trabalho sugere a participação da família ou como forma de aconselhamento ou participação efetiva e direta pois com certeza é necessário ouvir a quem é interessada na conclusão do ciclo escolar. O bem estar de uma família envolve alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, lazer, acesso a bens e serviços, assim formando uma base, um nível de bem estar social capaz de desenvolver uma criança apta no tempo estabelecido frequentar a escola e enfrentar situações do cotidiano. Porém, as famílias sempre enfrentaram muitos problemas, desafios, conflitos, violações para estabelecer essa dinâmica protetiva, como: situações de maus-tratos, violências domésticas, abandonos, abusos sexuais, morais, entre outras diferentes violações.

Quando essa criança e/ou adolescente acessa a rede escolar, já traz do seu núcleo familiar uma série de situações que influenciam no seu dia a dia. Elas

carregam dificuldades que também a escola e seus profissionais encontrarão para que essa criança e esse adolescente adquiram conhecimento e se socializem no cotidiano, com outros alunos e suas famílias, com a própria instituição e com a permanência e término desse ciclo escolar. Por isso a importância da junção Estado, escola e família.

Já para o Assistente Social é importante atuar de forma a compreender o contexto escolar para que as políticas sociais possam atender as demandas que universalizem o acesso aos bens e serviços que os alunos e suas famílias tem direito. Não esquecendo das reais condições dos profissionais que trabalham com a educação pois também sofrem outras situações como desvalorização salarial, situações relacionadas a sua própria profissão trazendo à luz as reais dificuldades das articulações das equipes multiprofissionais, das correlações de força tanto entre profissionais da mesma categoria quanto de outras.

Ao compartilhar com a Instituição os resultados através das demandas apresentadas através dos questionários, tem o objetivo de fomentar na equipe multiprofissional dados que viabilizem projetos, programas, palestras e workshops com as crianças e suas famílias para que o interesse das crianças e adolescentes na continuidade e término dos estudos, e traga o entendimento da importância da conclusão do ensino médio e a oportunidade para eles mesmos e suas famílias através da conclusão um acesso possível dos cursos técnicos e superiores.

O Compartilhamento dos resultado do questionário que faz parte desse projeto através do Serviço Social também possibilita produzir uma socialização e reflexão entre voluntários, profissionais e equipe administrativa sobre a educação ser um direito de todos.

Sabe-se que o contexto atual da educação no Brasil mesmo trabalho em conjunto com estratégias específicas as equipes multiprofissionais não se antecipariam às ações de alunos prestes a evadir da escola. É todo um trabalho multiprofissional de professores, pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e funcionários de apoio para que haja um envolvimento de toda a comunidade escolar com um plano de ação norteado por métodos de ensino, ações pedagógicas e atividades que envolvam uma experiência de aprendizado que seja atrativa, em ambiente físico acolhedor, agradável e seguro.

Mas a realidade não é essa: é fato a precariedade estrutural de escolas públicas principalmente as estaduais e municipais, em vários aspectos, saneamento básico – falta de água e sem rede de esgoto, insegurança patrimonial através de roubos, venda de drogas dentro das escolas, agressão física e moral aos professores, agressão física e verbal entre alunos, materiais quebrados, quadras de esportes destruídas ou sem manutenção, ausência de merenda ou sem nenhum ganho nutricional, entre outros e trazendo à luz as reais dificuldades das escolas e suas equipes.

Como então encontrar caminhos além da culpabilização dos atores envolvidos? Fugindo de ações fragmentadas e pontuais voltadas para a institucionalização e das abordagens correlacionais-repressivas que valorizam a meritocracia, o corporativismo e o clientelismo que favorece a acumulação e a expansão e reprodução do capital.

Esse trabalho é mais do que uma exigência de conclusão de curso. É sobretudo uma contribuição para ampliar a cidadania de crianças e adolescentes, fortalecer a capacidade protetiva das famílias, compreendendo que, para tal, as mesmas devem ser protegidas.

Referências Bibliográficas

ABONG. O que é uma ONG. Disponível em: http://www.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18034. Acesso em: 07jun2022.

ADORNO, Sergio. A gestão filantrópica da pobreza urbana. São Paulo em Perspectiva, v. 4 , n. 2, p. 8-17 , 1990. Associação Brasileira de Organizações não Governamentais.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. – São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. Acesso em

Atuação do assistente social no terceiro setor. Disponível em:http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm. Acesso em: 13mai 2022. <https://www.scielo.br/j/rap/a/SGWCFyFzjzrDwgDJYKcdhNt/?lang=pt>

BEVILAQUA, Clovis. Código civil comentado. São Paulo: F. Alves, 1955. <https://www.scielo.br/j/er/a/bC4kV7mHZJJpvJS7bnzQQ7x/?format=pdf&lang=pt>

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica 2020 : resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021. 70 p. : il.

BRASIL. Novo código civil (2002). Brasília: Senado, 2002a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacita

Suas SUAS: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

_____. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acessado em 01/09/20121 .

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasil: Planalto [2003]. Disponível em: Acesso em: 26 set. 2020.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

BRASIL Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação básica 2020: resumo técnico [recurso

eletrônico] – Brasília: Inep, 2021. 70 p.: il. Abri de 2022

BEVILAQUA, Clovis. Código civil comentado. São Paulo: F. Alves, 1955.

CARVALHO, Ana M. A.; BERALDO, Katharine E. A.; PEDROSA Maria Isabel; COELHO, Maria Teresa, O uso de entrevistas em estudos com crianças. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9 n. 2, p. 294, maio de 2004.

CENSO ESCOLAR 2021 https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf acesso em 15.07.2022

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social (org.). O Estudo Social em Perícias, Laudos e Pareceres Técnicos: contribuição ao debate no judiciário, na penitenciária e na previdência social. São Paulo: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf Cortez, 2003.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf

COSTA, M. Muito além de marketing cultura: a produção artística e cultural em tempo de crise. In: Gestão da Comunicação (ORG) organizações não governamentais, São Paulo: Atlas,2006.

COSTA, S.F. O Serviço Social e o Terceiro Setor. Serviço social em Rev. 2005; <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-dacrianca-e-doadolescente-lei-8069-90#art-19> – ECA

CENSO ESCOLAR 2021 https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2021/apresentacao_coletiva.pdf acesso em 15.07.2022

DEL PRIORE, Mary. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.

DESSEN, M. A. & POLONIA, A. C. (2007). Família e Escola, Paidéia, 2007,

17 (36), 21-32 - Link: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6XmG586RrD6shHNRkn6vQQh/?lang=pt>

FRAGA, C. K., A atitude investigativa no trabalho do assistente social, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/4Ktm9MXBs6RhQPb4Wg7wgBD/?format=pdf&lang=pt> acesso em 20 de Agosto de 2021.

GARCIA J., OLIVEIRA, C. CORDON M.S., A Contribuição do CREAS para Rede Socioassistencial Limite do PAEFI - Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social In: Revista Serviço Social e Sociedade. N.54. São Paulo: Cortez, 2011.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n. 3, p. 523 - 545, 2012. <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38145708/>

[A evolucao do conceito de territorio-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1](#) acesso em 12.07.2022

GOMES, Nilma Lino Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. In: GOMES, Nilma Lino(Org.) Um olhar além

das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Acesso em 15/08/2022

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 104, p. 5–34, 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/713>.

<http://portal.mec.gov.br/>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez: 1998.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de interpretação histórico metodológica. 14^a Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. É preciso retomar a práxis da resistência – CFESS – Março de 2021 <http://cress-sc.org.br/2021/03/31/marilda-iamamotoensina-e-preciso-retomar-a-praxis-da-resistencia/>

LDBE - L9394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf acesso em maio de 2022.

LISBOA, L.C., GIRIANELLI, V. R., VASCONCELLOS, L.C.F. de. Características e demandas da população em situação de vulnerabilidade social acompanhadas em Belford Roxo ARTIGO ORIGINAL - SAÚDE DEBATE | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. 125, P. 438-450,

ABR-JUN 2020 - Link <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/> pt acesso em fev de 2022

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 6^a ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6^a ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

MENDES, M. S. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio, Estudos de Psicologia- Campinas - 30(2) - 261-265 | abril -

junho 2013. link: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/>

Pg4SnYsQ5gzWFd688gD4c8b/abstract/?lang=pt# acesso em 08.02.2022

MIOTO, Regina Celia, Cuidados Sociais à família e segmentos sociais vulneráveis. In: Cadernos capacitação em Serviço Social e política social, mod. 04, Brasília, DF, CEAD, 2000.

MIOTO, Regina Celia, Família, trabalho com famílias e Serviço Social, Serviço Social em Revista E-ISSN: 1679-4842 v. 12, n. 2 (2010) DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2010v12n2p163> acesso em maio de 2022

MONTI Carlo Guimarães, DAMASCENO Chrislaine Janaina Ensino da

História e História Cultural: Possibilidades para a construção do Repertório do Professor-Pesquisador

NASCIMENTO, P. F. e MELAZZO E.S. Território: conceito estratégico na assistência social SERV. SOC. REV., LONDRINA, V. 16, N.1, P. 54, JUL./DEZ. 2013 acesso em nov e 2022.

PEREIRA, Michele Cezareti. Evasão escolar: causas e desafios. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 02, Vol. 01, pp. 36-51. Fevereiro de 2019. ISSN: 2448-0959

PEREIRA DE SOUZA, C. M.; PEREIRA, J. M.; RANKE, M. DA C. DE J. Reflexos da Pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 5, p. e10844, 4 dez. 2020.

PONTES, R. N. (2000). Mediação: categoria necessária para a prática do assistente social. (1a.ed.). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Conselho Federal de Serviço Social; Universidade de Brasília - CEAD. (Org.). Capacitação Em Política social e Serviço Social. V. 3.

Relatório PISA - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes de 2018 https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examens_da_educacao_basica/relatorio_brasil_no_pisa_2018.pdf

<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-apandemia> acesso em 31.03.2022

SANTOS DO NASCIMENTO, K.; DA SILVA, I. S. Evasão escolar: possibilidades de intervenção do Conselho Escolar no contexto da pandemia. Ciência & Trópico, [S. l.], v. 44, n. 2, 2020. DOI: 10.33148 / cetropicov44n2(2020)art10.Disponível em:<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/1942>. Acesso em: 18.04.2022

SILVA FILHO, R. B.; ARAÚJO, R. M. DE L. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.

Educação Por Escrito, v. 8, n. 1, p. 35-48, 29 jun. 2017. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.1.24527>

SPOSATI, Aldaíza. Mapa da exclusão/inclusão social. Consciência, n. 36, out. 2002. Disponível em: Acesso em: 28 jul 2022